

gresso  
nacional do  
celso Furtado  
envolvimento  
democracia  
4  
DES



|| FOTO CARLOS WILL

## 2004-2014: A ATUALIDADE DE CELSO FURTADO DEZ ANOS APÓS SUA MORTE

| Rosa Freire d'Aguiar

**N**ão foi fácil organizar este encontro. Por um lado, havia a injunção dos organizadores do congresso, que desejavam evitar a presença dos participantes em mais de uma mesa. Por outro, temo pecar por injustiça com tantos amigos que teriam garantido seu lugar entre nós, e também com os muitos pesquisadores que vêm se dedicando a estudar as múltiplas facetas da obra de Celso. Toda escolha tem um grão de subjetividade, esta não seria exceção. Dos colegas aqui reunidos, uns privaram do convívio com ele, outros não o conheceram pessoalmente, mas já ouviram o mar de histórias de sua vida que lhes contei em conversas infindas ao longo desses dez anos em que

me ajudaram — nem imaginam quanto! — a superar a ausência de Celso.

Começo por Afrânio Garcia Jr, antropólogo e economista, pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales, e que vem trabalhando, com as ferramentas de seu mestre Pierre Bourdieu, sobre a produção acadêmica de Celso durante o exílio e seus aportes para o ensino da economia na França. Aldo

276-301

&gt;&gt;



|| Afrânio Garcia Jr., Marcos Costa Lima, Aldo Ferrer, Rosa Freire d'Águilar, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Carlos Brandão, Luiz Felipe de Alencastro.

Ferrer, ex-ministro da Fazenda da Argentina, professor da Universidade de Buenos Aires, é amigo de longas caminhadas, desde que ele e Celso se encontraram nas Nações Unidas. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, com quem tenho sólida amizade desde os parisienses anos 1970, seguiu com brio e brilho, a um só tempo na chefia de gabinete de Celso e na presidência da então SPHAN, a atuação dele frente ao Ministério da Cultura. Três vezes prefeito de Ouro Preto, Angelo está de volta ao MinC, onde preside o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). O economista Carlos Brandão, que lecionou muitos anos na Unicamp mas, mineiro de boa cepa, não resistiu ao Rio de Janeiro, é professor do IPPUR e foi não só o prefaciador como o incansável consultor do *Essencial Celso Furtado*, coletânea que publicamos ano passado. Marcos Costa Lima, cientista político da UFPE, responsável pelo livro *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*,<sup>1</sup> tem se dedicado a reflexões atraentes e originais sobre prismas menos econômicos desse pensamento, como a criatividade, a tecnologia,

e a atuação política de Celso no Nordeste. Luiz Felipe de Alencastro, recém-chegado da França, chegou a Paris na mesma época de Celso, este já lecionando na Sorbonne, Felipe jovem estudante de história que teria como professor ninguém menos que Georges Duby. Até mês passado ocupava a cátedra de História do Brasil na Universidade de Paris, da qual passa agora a professor emérito.

Nosso objetivo, nesta mesa que relembra os dez anos do falecimento de Celso e encerra o segundo congresso internacional do Centro que leva seu nome, é que os jovens (e menos jovens) aqui presentes voltem hoje para casa com certa ideia, senão ideias certas, de quem foi Celso, o que pensou, como viveu, o que escreveu, o que teorizou. Vamos a ele.

1. *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*, de Marcos Costa Lima e Mauricio D. David (orgs.), SP, Francis, 2008.

2. A Biblioteca Celso Furtado, aberta ao público, reúne seu acervo de onze mil volumes, cujo catálogo está em linha. Também em linha estão o banco de teses sobre Celso Furtado, que somam cinquenta títulos, e um banco de cerca de duzentos artigos acadêmicos a seu respeito.

3. As obras republicadas em edição definitiva são: *Formação econômica do Brasil*, prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo, SP, Companhia das Letras, 2007; *A economia latino-americana*, prefácio de Luiz Felipe de Alencastro, SP, Companhia das Letras, 2007; *Criatividade e dependência na civilização industrial*, prefácio de Alfredo Bosi, SP, Companhia das Letras, 2008; *Obra Autobiográfica de Celso Furtado (A fantasia organizada; A fantasia desfeita; Os ares do mundo)*, prefácio de Francisco Iglesias, SP, Companhia das Letras, 2014; *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, apresentação de Rosa Freire d'Aguiar, RJ, Contraponto/Centro Celso Furtado, 2009. As duas coletâneas são: *Formação econômica do Brasil. Edição comemorativa 50 anos*, org. e apresentação de Rosa Freire d'Aguiar, prefácio de Luiz Felipe de Alencastro, SP, Companhia das Letras, 2009; *Essencial Celso Furtado*, org. e introdução de Rosa Freire d'Aguiar, prefácio de Carlos Brandão, SP, Penguin/Companhia das Letras, 2012. Os seis títulos da coleção Arquivos Celso Furtado, editados por Contraponto/Centro Celso Furtado, RJ, todos com organização e apresentação de Rosa Freire d'Aguiar, são: *Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com*

## Rosa Freire d'Aguiar

Peço permissão para quebrar a praxe e começar em primeira pessoa, não falando de mim pessoalmente, mas do trabalho que fiz nesses dez anos. Herdeira dos arquivos e de muitas obras de Celso, e certa de que herdeiros têm mais deveres que direitos, moveu-me o propósito de levar essa herança intelectual aos mais jovens. Tal transmissão passa por novas edições de suas obras, mas também por um esforço de divulgação, classificação de acervo, catalogação: textos e contextos. A vertente econômica de Celso é, sem dúvida, a mais conhecida. Porém, nas leituras que tenho feito de seus cerca de trinta livros surpreende-me mais e mais a riqueza dos insights, dos enfoques que abarcam da história à filosofia, da mitologia à tecnologia. Autor e obra têm uma capacidade rara de dialogar com os diversos campos do conhecimento. Eu diria que nesses dez anos a recepção dessa obra se desdobrou, extrapolou dos cursos de economia para figurar em currículos de relações internacionais, de ciências políticas, de cultura, e, mais recentemente, de direito, como demonstra o trabalho feito pelos professores Gilberto Bercovici, aqui presente, e Alessandro Octaviani, da faculdade de direito do Largo São Francisco, à frente do grupo de pesquisa “Direito e subdesenvolvimento: o desafio furtadiano”. De alguma maneira, esses múltiplos estudos sobre Celso refletem o que ele foi: um economista que enxergava a economia fundamentalmente como uma ciência social — e não uma ciência exata, como quer certa visão míope. Vida afora Celso transgrediu limites, abriu caminhos. Hoje, há momentos em que penso nele quase como um filósofo.

Nestes dez anos, além da organização e criação da Biblioteca Celso Furtado, abrigada no Centro,<sup>2</sup> editei treze livros de e sobre Celso, entre edições definitivas, antologias e a coleção “Arquivos Celso Furtado”.<sup>3</sup> Anos antes de sua morte, pedi-lhe que fizesse “exemplares master” de seus livros, isto é, revistos pelo autor com as devidas correções. A partir deles, e se necessário recorrendo aos manuscritos, fiz as edições definitivas e anotadas, que deverão servir às futuras. O segundo eixo foram as coletâneas. Uma delas celebrou os cinquenta anos de *Formação econômica do Brasil*, com aparato reunindo prefácios das diversas edições estrangeiras e uma fortuna crítica de economistas e historiadores brasileiros e estrangeiros, desde 1959 até 2007. Na antologia *Essencial Celso Furtado*, publicada ano passado, parti de um novo enfoque, dividindo a obra de Celso em pensamento econômico — o núcleo duro —, pensamento político, pensamento sobre cultura e ciência, e o eixo biográfico, que é muito

importante nesse conjunto. Por fim, em 2008 criei aqui no Centro a coleção “Arquivos Celso Furtado”, coeditada pela Contraponto, e que agora chega ao sexto título, *Anos de formação 1938-1948*, no qual reuni textos da juventude de Celso, quase todos inéditos ou há muito inacessíveis. Muito obrigada.

Afrânio, a palavra é sua.

### **Afrânio Garcia Jr.**

Como Rosa salientou, um dos privilégios que tive muito jovem foi ter encontrado Celso Furtado no início do exílio dele, em Paris, logo em seguida a 1964. O grande físico José Leite Lopes e sua mulher Maria Laura Leite Lopes, grande matemática, foram para a França e eu, muito amigo do filho, José Sergio Leite Lopes, tive a oportunidade de ser acolhido no apartamento deles, onde se reuniam na sala personagens como Celso Furtado, Luiz Hildebrando, Raúl Ryff, Oscar Niemeyer, Waldir Pires: nossos heróis estavam ali. Eu havia iniciado estudos em economia e pedi conselhos ao Celso Furtado. Ele tinha enorme boa vontade com os estudantes, chamou a mim e ao José Sergio e nos perguntou o que íamos estudar. Nós: “Ainda estamos na graduação”. Ele: “Bem, graduação é ser alfabetizado numa ciência, saber buscar os livros numa biblioteca para entender o que é incontornável entre os especialistas. Então vocês não vão ler nem sequer os meus livros, vão ler tudo o que as apostilas dos professores da área contêm, para que adquiram um mínimo de conhecimento e saibam exatamente o mesmo que todos os seus colegas franceses”. Foi dos melhores conselhos que recebi na vida.

Minha fala será sobre um tema específico, a presença de Celso Furtado na França de 1965 e 1985. Sua produção nesses vinte anos é muito menos focalizada do que a que vai até 1964, quando ele sai do Brasil. Ora, nenhum pensador escreve ou pensa num vácuo social, ele está pensando para dialogar com um conjunto de interlocutores. Os interlocutores que Celso tinha, no Brasil e na América Latina, mudam radicalmente a partir de 1964-65. Tanto os estudantes franceses que tem diante de si, como os economistas com quem passa a conviver em Paris, constituem um público bem diferente daquele que frequentara até então. Creio que isso fica visível em algumas das questões centrais que são desenvolvidas em sua obra nesse momento, assim como os avanços significativos que ele faz.

É este o único momento da carreira de Celso Furtado em que ele se dedica inteiramente à docência universitária e à pesquisa, ou seja, em que já não tem

*abundância de divisas* (2008); *Economia do desenvolvimento. Curso ministrado na PUC-SP em 1975* (2008); *O Nordeste e a Saga da Sudene 1958-1964* (2009); *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento* (2011); *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura* (2012); *Anos de formação 1938-1948. O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado* (2014).

acesso a nenhuma das formas de poder político e a funções de planejamento. Nesse período, o homem de ação, como era o superintendente da Sudene, o criador do Ministério do Planejamento, se moveu apenas em área universitária, como bem mostra a tese de doutorado que Renata Bianconi, aqui presente, acaba de defender, sob a orientação de Luiz Felipe de Alencastro, junto à Universidade de Paris 4. É o que eu gostaria de explorar. É possível enxergar-se isso do ponto de vista do testemunho de Celso Furtado sobre sua carreira, mas também é possível explorar outro ângulo fundamental, que é o momento de profunda transformação do espaço universitário francês e europeu.

A trajetória de Furtado é marcada desde muito cedo pelo acesso direto ao mundo internacional. Nos primeiros trabalhos que fiz sobre ele, verifiquei que uma de suas propriedades fundamentais, até mesmo para atuar no Nordeste em fins dos anos 1950 e se opor às elites nordestinas tradicionais, é que desde muito cedo frequentou o mundo internacional e pôde se apropriar de conhecimentos e dispor de notoriedade, o que lhe permitiu compor uma proposta radicalmente inovadora para o Nordeste. Ele participou da Segunda Guerra Mundial, em seguida voltou à Europa para fazer um doutorado na França, e depois, já em 1949, está na Cepal, de onde terá um contato com o Brasil mediado por essa instituição, via o Grupo Misto Cepal-BNDE. Em 1958 retorna ao Brasil como diretor do BNDE e é aí que se inserem a criação da Sudene e, em seu prolongamento, o Plano Trienal. Vivencia o golpe militar de 1964 estando dentro do Palácio das Princesas, em Recife, ao lado de um dos governadores mais expressivos das mudanças naquele momento, Miguel Arraes: essa passagem de suas memórias é fantástica.

Mas vamos ao exílio. Lendo os trabalhos sobre o campo dos economistas internacionais, percebi que nesses anos há uma grande transformação das próprias escolas de pensamento dominantes em ciências econômicas. Quando Furtado escreve *Formação econômica do Brasil*, está em Cambridge, na Inglaterra, junto com famosos keynesianos de esquerda como Joan Robinson, Nicholas Kaldor, Amartya Sen. Nesse momento, Cambridge tem, sem dúvida alguma, hegemonia em termos de pensamento econômico em escala internacional. Essa hegemonia dos keynesianos será completamente deslocada pela nova ascensão dos neoclássicos que, sobretudo a partir dos anos 1980, proporão o elenco de medidas neoliberais. Sua força será tal que se fala nessa época em “pensamento único”, a que Celso nunca se rendeu.

É exatamente essa mudança de eixo das escolas de pensamento principais que quero ressaltar aqui. A França não foi o primeiro destino do exílio de Celso Furtado. Como ele bem conta, primeiro foi ao Chile, onde organizou um

seminário em torno de uma autocrítica do pensamento da Cepal. Nesse seminário, conforme salienta, tem origem a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e alguns outros. Depois, vai para a universidade de Yale, nos Estados Unidos, onde, aliás, Edmar Bacha estava iniciando sua tese sobre a política de defesa dos preços internacionais do café. Ao sentir a ameaça de controle sobre sua liberdade através do uso de passaporte, ele aceita ir à França, onde já fizera seu doutoramento, e onde encontraria um polo intermediário, em plena Guerra Fria, entre o marxismo dogmático de Moscou e a ideologia do “mundo livre” versão Washington. Está com 45 anos, tem atrás de si uma carreira brilhante, e sua contratação pela Universidade de Paris é pedida em editorial pelo próprio diretor do *Le Monde*, Hubert Beuve-Méry, personalidade de imenso prestígio de ex-resistente, um dos líderes da corrente católica ligada a De Gaulle (conforme demonstração de Bianconi). Na universidade, substituirá ninguém menos que Raymond Barre, futuro primeiro-ministro. Lembro que a Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Paris tinha então um prestígio enorme e era o celeiro das autoridades econômicas do país. Além disso, Furtado passa a ter seus livros editados pela principal editora universitária, a PUF.

Em maio de 1968 há mudanças centrais no espaço universitário francês. A velha Sorbonne se divide em mais de dez universidades, o departamento de economia passa a ser autônomo da faculdade de direito. Mas é possível se fazer também outra análise sobre o círculo dos economistas franceses. Nesse momento há uma mudança da morfologia do espaço dos economistas, começando a ascensão dos famosos engenheiros-economistas, que serão responsáveis pelo predomínio da economia matemática já hegemônica nos Estados Unidos. O ensino superior francês é marcado por uma oposição entre as faculdades reunidas em universidades, ensino tido por opção de segunda linha, e as *grandes écoles*, sobretudo de engenharia, que exercem o monopólio de formação dos principais dirigentes econômicos, mas também dos dirigentes políticos que passam a se interessar por economia. São os engenheiros-econômicos das grandes escolas de engenharia que importam as novas teorias vindas do mundo anglo-saxão, em especial a economia matemática, e jogam para escanteio não só os marxistas, como os keynesianos e todos os demais heterodoxos. A figura paradigmática desse processo é Edmond Malinvaud, engenheiro vindo da École Polytechnique e que fundará o aparato estatístico francês passível de permitir as atividades de planejamento, como também fundará a ENSAE (École Nationale de la Statistique et de l'Administration économique), sede dos economistas-matemáticos. A partir daí esse centro se tornará infinitamente mais importante que os centros vindos das antigas faculdades de direito.

Ou seja, há nesses anos de exílio de Furtado um primeiro momento que vai de 1965 até 1973-76, quando a “economia do desenvolvimento” está no centro dos debates, é considerada uma especialidade em alta, como era a “distribuição da renda nacional” (a repartição salários/lucros). A partir do primeiro choque do petróleo há um deslocamento claro da “economia do desenvolvimento” e a ascensão da economia matemática. Creio que essa mudança de contexto repercute em nossa percepção dos avanços científicos havidos na obra de Furtado. Todo exilado está submetido a uma espécie de duplo pertencimento e de dupla tensão. Em seu caso, de um lado há um conjunto de trabalhos voltados para o que está se passando no Brasil, com a crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar (concentrador de renda e excludente), de outro, um conjunto de trabalhos que têm a ver, ao contrário, com o que está sendo debatido na França, na Europa e no mundo anglo-saxão.

Algo que está muito nítido em textos de Furtado, sobretudo no terceiro tomo das memórias, *Os ares do mundo*, é o debate sobre o significado político da Revolução Francesa e da relação entre ela e a instauração do Estado-nação na Europa. Com efeito, as interrogantes na França sobre o caráter inevitável da Revolução Francesa e da violência que desencadeou precederam o intenso debate suscitado após a derrocada dos países socialistas, em seguida à queda do muro de Berlim. Verifica-se que a reflexão muito clara e detida de Furtado sobre a geração e apropriação do excedente para o processo de acumulação tem a ver com tais debates europeus. Ele faz uma crítica ácida ao espaço político fechado em países socialistas, em que haveria uma espécie de uso de excedente para uma acumulação muito rápida, mas a seu ver isso seria uma espécie de acaparação de um poder que deveria, ao contrário, ser mais bem distribuído. Lembro que Celso Furtado foi sempre um vigoroso crítico de qualquer tentativa do exercício de poder que não fosse num espaço político aberto, e nessa fase de sua obra se verifica muito claramente uma espécie de ampliação do horizonte em que ele reflete sobre isso. E é também nessa fase que aparecem, primeiro, a descrição, e depois a conceituação, das empresas multinacionais, e a relação entre esses novos agentes gigantes do mercado internacional e o próprio funcionamento dos Estados nacionais.

Não tenho tempo para desenvolver todos esses pontos com a complexidade exigida; registro apenas tópicos e pistas merecedores de aprofundamento. Mas a projeção do trabalho de Furtado não se dá apenas na difusão da sua obra; ele tem, no panorama francês, alunos de carreira marcante, como Pierre Salama, no polo marxista da economia francesa, e Christian Topalov, um dos mais importantes sociólogos urbanos, meu colega na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Na verdade, já comentei com Rosa que, a partir dos

arquivos que estão em Paris, talvez se consiga repertoriar o conjunto de estudantes orientados por Furtado na pós-graduação. A análise da mudança do campo dos economistas deve permitir entender por que ele se aproxima, nessa fase, de outra pessoa que tem quase um percurso simétrico inverso, pois sai do mundo da Europa do Leste ainda quando da ascensão do nazismo, passa pelo Brasil, para estudos secundários e de graduação, e pela Índia quando de seu doutorado, retornando à sua Polônia natal para trabalhar com Kalecki, e só abandonando seu torrão de origem perseguido pelo antissemitismo persistente, mas acolhido pelo internacionalismo de Fernand Braudel: Ignacy Sachs. É interessante entender como pessoas de itinerários sociais e internacionais tão diferenciados chegaram a ter um diálogo efetivamente científico de tal intensidade e uma amizade inquebrantável.

Finalizo chamando a atenção para o fato de que para Furtado, desde o início, a problemática da economia do desenvolvimento se situa no quadro de uma reflexão sobre a economia internacional. Foi essa especialidade que seu orientador de doutorado, Maurice Byé, o fez abraçar ao lhe sugerir que estudasse não só a economia colonial brasileira mas sua relação com a das Antilhas. Mas essa reflexão sobre a economia internacional não operava apenas por uma justaposição de países, em que se examina a trajetória da França, por exemplo, cotejada com a trajetória da Inglaterra. A ideia central é que a relação de forças entre os países deve ser privilegiada — como no caso da dicotomia centro-periferia — para que se possam entender os caminhos abertos para cada nação. Nesse sentido, os debates atualíssimos sobre a economia-mundo e sobre a dissimetria de seus polos têm na obra de Furtado, sem dúvida alguma, uma das fontes pioneiras. Para fechar, digo que o que fiz é um apelo: essa fase da obra de Furtado merece ser não só lida e relida, como há muito a ser aprofundado a partir daí.

### **Luiz Felipe de Alencastro**

Conheci Celso na mesma época que Afrânio e nas mesmas circunstâncias. Aliás, já queria fazer um parêntese a propósito de um jornal que recentemente, referindo-se a Glauber Rocha, falava de autoexílio. Autoexílio é uma figura jurídica que não existe, assim como não existe a figura jurídica do exílio. Você é ameaçado, privado de direitos políticos, como Celso, o país está sob uma ditadura e você vai embora. Não há um decreto que diz: fulano vai para o exílio. Isso era quando havia colônias e os *communards* iam deportados para a Nova Caledônia. Você vive no seu país e cria-se uma situação altamente ameaçadora que impede a sobrevivência das pessoas, no sentido físico da palavra,

ou no sentido material, e então a pessoa vai embora. Foi o que aconteceu com Celso Furtado em 1964. Curioso paradoxo: a ditadura sempre alegou perseguir comunistas ou corruptos, mas Celso não se encaixava nem numa nem noutra dessas classificações.

Como lembrou Afrânio, contou sem dúvida para a ida de Celso para a França o editorial do *Le Monde*, escrito por ninguém menos que pelo diretor Hubert Beuve-Méry. Ele escrevia raramente no jornal, e quando o fazia era sob o pseudônimo Sirius. Beuve-Méry era um homem com uma visão de outra França, do catolicismo de esquerda. O editorial dele teve grande impacto. Quando Celso chegou — e é importante que eu diga isto aos jovens economistas aqui presentes —, foi dar aulas, por uma escolha pessoal. Havia opções muito melhores do ponto de vista material; alguns bancos franceses o convidaram para ser assessor para assuntos de América Latina. Ele recusou e preferiu ganhar a vida lecionando, seguindo o exemplo de Raúl Prebisch que, ao sair do Banco Central argentino, não aceitou trabalhar em nenhum banco pois conhecia as carteiras de todos eles. Celso sempre citava esse episódio, que certamente o inspirou. Quero dizer que ele será o raro e o único ministro do Planejamento do Brasil que viveu, uma vez fora do cargo, de direitos autorais e salário de professor. Não estou aqui criticando quem faz diferente, porque a vida é assim, mas dizendo que há possibilidade de viver de outra maneira sem abrir um escritório de consultoria quando se deixa um ministério, como foi feito por muito tempo no Brasil, até que viesse a Lei da Quarentena, que é imperfeitamente observada.

Queria também chamar a atenção para o fato de que a própria ideia de um Ministério do Planejamento — e foi Celso que criou o primeiro — é francesa. Vejo estudantes que se dizem, e alguns até escrevem, contra essa ideia porque leva à estatização, à nacionalização. Ora, na França a ideia de planejamento é tanto da direita quanto da esquerda. De Gaulle foi o maior estatizador, nacionalizador, no governo do pós-guerra. É uma tradição de Colbert, o ministro da Fazenda de Luís XIV, que deu origem ao que até hoje se chama colbertismo. A revista *The Economist*, que a cada seis meses escreve que a França está indo para o buraco, faz capas grotescas sobre esse tema, e isso já há quinze, vinte anos (o Brasil não deve se impressionar com as edições da revista que atacam o país...), lembrando sempre essa herança de Colbert, que inventou o termo “funcionário”.

Gostaria de dar alguns testemunhos sobre o lado humano de Celso. Ele acolheu muitos estudantes, é verdade, mas também acolheu pseudoestudantes. É que houve um momento em que chegava gente ao aeroporto de Paris com

recomendação do advogado — gente que conseguira escapar do Brasil e da ditadura pelo Uruguai, pelo circuito do Partido Comunista desde os anos 1930, que passava por Don Pedrito e ia se embrenhando por ali; uma via de contrabandista e também de comunista. E então chegavam à Argentina e pegavam o avião para Paris. E lá, com visto de turista, ao tentarem fazer a documentação, ouviam a pergunta: “O que veio fazer aqui?”. “Vou fazer tese com Celso Furtado.” Outros, mais pretensiosos, é verdade, diziam que iam fazer tese com Lévi-Strauss, com Charles Bettelheim, com Roland Barthes, ou com os três ao mesmo tempo. Mas havia quem mencionasse Celso, e ele era levado a confirmar, caso houvesse um telefonema de verificação. Testemunhei uma vez um incidente desse tipo. É importante ressaltar que se criou um ambiente muito particular em volta dele.

O livro sobre a América Latina que ele publicou poucos anos depois de chegar à França, *L'Amérique Latine*,<sup>4</sup> foi outra contribuição importante. O modelo que a França tinha de subdesenvolvimento era um modelo tacanho, como o da Costa do Marfim exportando cacau, do Senegal exportando óleo de amendoim, ou seja, das monoculturas agroexportadoras. Era isso que se estudava em matéria de subdesenvolvimento. Nas aulas de economia do desenvolvimento Celso chegou com esse tipo de análise mais sofisticada, o que impressionou e foi essencial para os modelos analíticos franceses evoluírem. Celso mostrava que o Brasil já tinha um PIB industrial maior que o PIB agrícola durante a Segunda Guerra Mundial. Isso depois mudou, agora inverteu de novo, por outras razões, mas naquele momento era uma novidade. Ele chegou com o modelo cepalino, o da escola estruturalista latino-americano: não era apenas um problema de capital físico, de capital industrial, era um problema estrutural de reformas sociais, que não são desencadeadas por esse tipo de industrialização via substituição de importações. Isso era uma novidade.

Outra questão que quero ressaltar, e em que insisti com a Renata Bianconi na tese que ela acaba de defender, é que trabalhamos muito a obra de Celso Furtado em Paris, especificamente. Digo isso porque há dez anos, quando ele faleceu, alguns biógrafos falaram de *Formação econômica do Brasil* e ponto final! Como se ele tivesse estancado o pensamento ali, o que é um absurdo e mostra o caráter profundamente provinciano do debate intelectual do Brasil. Diga-se de passagem que essa observação vale para as necrologias publicadas sobre outras personalidades, como para Miguel Arraes, que teve um papel político importante na independência nos países lusófonos, era amigo pessoal de Agostinho Neto, foi o único brasileiro a estar no palanque no dia da independência de Moçambique, ao lado de Samora Machel. Penso também em Paulo Carneiro, um dos fundadores da Unesco, um dos líderes do positivismo

4. *L'Amérique latine – politique économique*, de Celso Furtado. Trad. Édouard Bailby, Paris, Sirey, 1970. Trata-se de tradução de *Formação econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, Lia Editores, 1969. Desde 1976 o livro é publicado no Brasil com o título *A economia latino-americana*, prefácio de L. F. Alencastro, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

e organizador da obra completa de Comte, incluindo sua correspondência, membro da Académie des Belles Lettres, na França, e que salvou pela Unesco vestígios importantes no Vale dos Reis no Egito quando se construiu a barragem de Assuã, uma operação internacional montada para tirar de lá o que ia ficar debaixo da barragem. Ainda nesse registro, lembro que, ao morrer, Norma Bengell foi aqui caricaturada, ou lembrada como a diretora do filme que deu prejuízo. Norma foi uma militante corajosa, uma grande atriz no exílio, tendo trabalhado no teatro com Patrice Chéreau, uma líder feminista importante e uma personalidade entre os exilados.

É uma visão muito provinciana. Por isso chamo a atenção para o fato de que a obra de Celso é cosmopolita, como disse Afrânio. Queria, enfim, falar da generosidade de Celso. Pus no prefácio da edição histórica do cinquentenário de *Formação econômica do Brasil* uma citação de Tácito, o escritor romano que dizia escrever “sem ressentimentos nem parcialidade”. Celso escrevia sem ressentimento e sem parcialidade. Em suas memórias não há uma menção agressiva a Roberto Campos ou a Otávio Bulhões. Campos foi amigo dele, Bulhões o indicou para a Cepal como representante brasileiro, mas foram seus algozes no Ato Institucional nº 1, depois do golpe de 1964, estavam na reunião de ministros que decidiu a cassação dele; não levantaram a voz, não há registro de um protesto de um ou outro nesse episódio. E não há na obra autobiográfica de Celso nenhuma menção a isso.

Outro ponto a destacar era sua extrema modéstia. Posso citar a frase que está na introdução de *Formação econômica do Brasil*, que é de 1959, em que ele diz que o livro é “um simples esboço a sugerir um conjunto de temas que poderiam servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira”. Como simples esboço que é! Um livro que vendeu quase um milhão de exemplares, foi traduzido para diversas línguas e formou gerações de economistas. Uma vez, saindo da casa de Celso, José Serra me disse que decidira ser economista depois de ter lido *Formação econômica do Brasil*. E esse temperamento reservado de Celso às vezes dava um quiproquó. Sua reserva nordestina, a discrição do interior do sertão — nordestino da Bahia ou do Recife é diferente —, não dava muita liberdade ao interlocutor, e Celso sempre guardava certa distância. Quando terminou o exílio, em 1979, nas reuniões políticas aqui no Brasil havia uma arapuca em que todo mundo caía: a reunião começava às 2 da tarde, o pessoal ia bebendo muito, uísque, cerveja etc., e às 4, 5 da tarde tinha que se acabar a reunião, porque ninguém mais aguentava discutir. E Celso dizia: “Ah, eu fico muito bem porque só peço água de coco”. Esse tipo de temperamento, de se manter fora de uma certa euforia, deu a ele uma reputação de frio, de distante. Ouvi de colegas que Celso dizia que, na universidade

em Paris, eles deviam falar francês. Isto é a regra básica do convívio, se você está em outro país e as pessoas a seu redor não falam a sua língua, você tem de falar a delas, do contrário é falta de polidez.

Tive o privilégio de tê-lo na pré-defesa de tese de doutorado, da qual ele não participou porque já havia sido nomeado ministro da Cultura. Mas me entretive com ele durante anos, todo sábado almoçávamos juntos perto da casa dele e conversávamos sobre a tese, e então o orientador e o presidente do júri decidiram manter o nome dele na banca. E depois estive também na minha banca de livre-docência na Unicamp. Este é o testemunho pessoal que eu queria dar. Na época a Rosa não tinha entrado na vida dele, para mudar tudo... e torná-lo — e aqui faço uma homenagem a ela também — muito mais produtivo em Paris, porque muito dessa obra e dessa autobiografia foi escrito com os conselhos e o treino dela de jornalista e editora. Isso foi decisivo, como o que ela tem feito nesse campo esses anos todos. Muito obrigado.

### Aldo Ferrer

Começo por uma breve recordação pessoal, e depois passo a uma reflexão sobre as mudanças do cenário em que pensou Furtado, suas propostas e suas ideias que tiveram tanta repercussão na América Latina e no resto do mundo. Conheci Celso Furtado em Nova York, em 1950. Eu era então um jovem economista na Secretaria Geral das Nações Unidas. Celso trabalhava na Cepal e viajava, com a equipe de Prebisch, com certa frequência a Nova York. Ali nos encontramos pela primeira vez. Desde então, e até o final de sua vida, mantivemos uma relação amistosa, de muita estima recíproca, e de minha parte de enorme respeito por seu pensamento e sua personalidade.

Quando apareceu seu *Formação econômica do Brasil*, Celso me mandou um exemplar e, ao recebê-lo, me convenci de que tinha que escrever a “Formação econômica da Argentina”, exatamente a partir da matriz do pensamento estruturalista, por períodos históricos, ligando o interno ao externo, com essa enorme riqueza que se aprecia em toda a obra de Celso e em particular nesse livro. *Formação econômica do Brasil* me causou grande impacto, e mal o li comecei a trabalhar em meu próprio livro, *La economía argentina*, cuja primeira edição é de 1963.

Vale a pena refletir sobre as mudanças extraordinárias nos cenários a partir dos quais pensou Celso, nos quais formulou suas ideias e propostas. Na verdade, o estruturalismo sul-americano e o trabalho de Prebisch e de Celso, no

final dos anos 1940 e nos anos posteriores, se deram numa época em que o centro hegemônico perdera a capacidade de impor sua doutrina. Durante a crise mundial se havia destruído o sistema multilateral de comércio e de pagamentos, se havia derrubado todo o ideário liberal. Os governos estavam então centrados em políticas extremamente protecionistas, intervencionistas, veio a guerra, e quando se saiu da economia de guerra iniciou-se um amplo processo de reconstrução sob o paradigma keynesiano. O estruturalismo e a obra de Celso surgem num momento de vazio teórico, em que a hegemonia cêntrica estava debilitada. É claro que, quanto aos aspectos operacionais, os critérios do FMI e seus programas na América Latina respondiam ao velho paradigma liberal, e tivemos nesses anos, com Celso e outros colegas latino-americanos, fortes debates em torno da natureza da inflação, das políticas de ajuste.

Foram naqueles anos que o estruturalismo, Prebisch e Furtado exerceram tanta influência no pensamento econômico de nossos países. Depois, na década de 1970, deram-se mudanças muito profundas, primeiro a crise do petróleo, depois a desordem macroeconômica nos países centrais e, acima de tudo, o crescente protagonismo da dimensão financeira, da especulação financeira se impondo como quadro dominante do capitalismo contemporâneo. Ali vieram as reformas de Reagan e de Thatcher, em torno de 1980, e se construiu todo esse ideário neoliberal que, na América Latina, foi implantado sob os critérios do Consenso de Washington — as reformas estruturais de abertura de mercado, marginalização do Estado, participação decisiva da poupança externa, do capital estrangeiro, esse conjunto de ideias e de interpretação da realidade que está nas antípodas do pensamento estruturalista, e, portanto, do pensamento de Furtado. Creio que foram anos em que houve um recuo desse pensamento. O que predominou em nossos países na década de 1990, quando saímos da crise da dívida ou por ela transitamos, e também na década perdida, foi o “pensamento único”. E o “pensamento único” era o pensamento cêntrico, que Prebisch assinalara como o maior perigo que tínhamos de enfrentar, porque se nos submetermos à forma como os países centrais veem o mundo necessariamente reproduziremos permanentemente a condição periférica.

A Argentina foi o país latino-americano que, já em meados da década de 1970, durante a ditadura, e depois num governo constitucional, na década de 1990, aplicou com maior profundidade o paradigma neoliberal. Privatizou praticamente a totalidade do setor público, inclusive o petróleo. Foi o único país que internacionalizou o controle de sua empresa petrolífera. Instalou uma política de apreciação cambial, um tipo de câmbio sobrevalorizado que provocou um genocídio industrial, uma deterioração espetacular no tecido econômico, um incessante aumento dos desequilíbrios macroeconômicos e, finalmente,

uma dívida que terminou sendo impagável, até que a Argentina entrou em *default* no final de 2001.

Não vou tratar aqui do caminho seguido pela Argentina, mas pouco tempo depois essa hegemonia neoliberal que causara tantos transtornos, como o Efeito Tequila e a crise dos países asiáticos, entrou, com a crise das hipotecas norte-americanas e a queda do Lehman Brothers, em um colapso total, e o sistema foi resgatado pela intervenção maciça dos bancos centrais e dos governos dos países desenvolvidos. O objetivo, ali, era resgatar um sistema financeiro que ficara preso num processo especulativo e estava à beira do colapso; alegava-se essa famosa história das grandes entidades, grandes demais para quebrar, e que acabaram dando lugar à intervenção maciça, repito, dos países centrais para resgatar o sistema.

É um fato curioso que, pelo enfoque neoliberal, o principal inimigo seja o Estado e que, em definitivo, tenha sido o Estado que resgatou o neoliberalismo. Esse conjunto de ideias neoliberais foi desacreditado pelas evidências, pela incapacidade de resolver os problemas, inclusive nos países centrais. E também pelo fato de a China e outros países da Ásia terem promovido seu desenvolvimento espetacular nas últimas décadas seguindo não exatamente as políticas liberais, mas, em grande medida, as recomendações que o estruturalismo latino-americano apresentara aos nossos países, a saber, a proposta da industrialização, da ciência e da tecnologia, da integração social, da transformação de nossa inserção periférica no sistema internacional. Esses países da Ásia, cuja experiência tão exitosa foi a partir de políticas públicas muito rigorosas, são também por sua experiência um descrédito da política alternativa neoliberal. Enquanto, volto a insistir, na América Latina essas políticas fracassaram, assim como fracassaram nos países centrais, elas conservam extraordinária influência na União Europeia e em boa parte dos Estados Unidos. E com isso, estamos novamente nessa situação de que, mais uma vez, o pensamento cêntrico, o paradigma cêntrico ficou desacreditado, mas talvez de modo diferente do que ocorreu na década de 1930, quando o descrédito teórico foi acompanhado por uma mudança de políticas. Agora, nos países centrais do Atlântico Norte o descrédito teórico continua mantendo as políticas neoliberais, porque o peso hegemônico da dimensão financeira, e também a força desses países avançados dos interesses corporativos transnacionais configuraram esse cenário de políticas neoliberais no centro e de políticas desenvolvimentistas e de Estados nacionais nos países emergentes.

Em tais condições, voltamos a focalizar a realidade sul-americana e reaparece o estruturalismo, o pensamento de Celso Furtado como uma forma correta de

interpretar a realidade, de enfrentar as mudanças no cenário mundial e buscar os caminhos para nossa própria transformação. Nos últimos anos, observei na Argentina e em outros países, até entre economistas de grande relevo internacional, o reconhecimento renovado do aporte teórico fundamental do estruturalismo latino-americano e do pensamento de Celso. Agora — e creio que foi precisamente o motivo deste congresso —, temos a responsabilidade de trazer esse pensamento tão rico, fecundo e vigente, para as condições atuais, enfrentando os novos desafios, estudando o que se chama o novo desenvolvimentismo. É um cenário extremamente complexo, em que aparece um novo centro hegemônico, mas que nos dá oportunidades e nos apresenta grandes desafios. Neste mundo de incertezas e mudanças extraordinárias, em grande parte de nossos países da América Latina, como no Brasil, na Argentina, há governos com projetos nacionais e populares, com vocação para melhorar as condições sociais, afirmar a soberania, dar protagonismo ao Estado. Nesse cenário volta a ter grande validade a matriz teórica que surge no estruturalismo e no pensamento de Celso, e que nos permite realmente solucionar esse enigma que temos na América Latina, a saber, devemos fazer a transformação, afirmar a soberania e implantar as políticas sociais no marco das economias de mercado e com forte participação do setor privado. É fundamental saber como respondemos, volto a insistir, a essas novas tendências do mercado internacional, com a emergência de novos atores que se comportam em relação a nós como se comportavam os velhos países centrais do Atlântico Norte desde o século XIX até a crise dos anos 1930. Nesse novo cenário e nas circunstâncias atuais, o pensamento estruturalista latino-americano e o aporte de Celso Furtado tornam a alcançar toda a sua importância e vigência. Obrigado.

### **Carlos Brandão**

Gostaria de agradecer o convite para estar nesta mesa sobre a atualidade do pensamento de Celso Furtado. Rosa Freire d'Aguiar me fez a encomenda para que eu falasse sobre três questões da obra de Furtado: subdesenvolvimento, Nordeste e a questão regional. Eu vou pedir desculpas por estendê-las e tratar de sete questões. O primeiro ponto é que não há como falar de subdesenvolvimento sem falar em desenvolvimento. Passarei rapidamente pelo Nordeste e pela problemática regional brasileira, completando quatro facetas centrais de seu pensamento. Mas eu não queria perder a oportunidade de dizer algumas palavras sobre o “sistema teórico furtadiano” em seu conjunto, e de como ele é, do meu ponto de vista, aberto a um permanente diálogo, sendo sempre possível convidar outros grandes autores, intérpretes do capitalismo e do Brasil, a estabelecerem uma interlocução com esse sistema. Uma sexta questão

é que talvez o que mais me emocionou desde as primeiras leituras como estudante dos livros de Celso Furtado foram aquelas passagens em que ele procurava se dirigir diretamente à juventude e deixava uma espécie de “mensagem especial aos jovens” para que tivessem ousadia e procurassem pensar com liberdade e imaginação criativa. Avalio que essa sexta questão teria que se desdobrar em uma sétima. Isto é, esse questionamento dos jovens (e de todos nós) deveria estar orientado e conduzir à seguinte pergunta: “O que é o Brasil (hoje)?”. Acredito que Celso Furtado em agosto de 2014 ainda continuaria a se colocar essa indagação.

Neste último ponto, entra a ênfase que Furtado dava ao problema fundamental das formações sociais e suas estruturas de poder, ou seja, dos “centros de decisão” e da natureza das elites que certo espaço nacional detém. Em diversas passagens ele as qualificou de elites aculturadas. Assim, interpreto que hoje uma pergunta intrigante sobre o Brasil seria: como ter um processo civilizatório se os “de cima”, isto é, essas elites aculturadas de que dispomos, odeiam visceralmente os “de baixo”? Como vamos construir alguma coisa se há essa malformação estrutural-genética de nossas elites, de nossa classe média, e se elas desprezam o povo? Não sei se dá para construir um processo civilizatório virtuoso em tais condições sociopolíticas. Essa questão é provavelmente, do meu ponto de vista, a mais atual e decisiva para pensar o futuro do Brasil.

Mas voltando à encomenda de Rosa, inicialmente eu queria falar de Celso Furtado como o grande teórico original das especificidades do processo de subdesenvolvimento, utilizando-me de algumas palavras-chave dele para sintetizar esse complexo processo histórico. Queria lembrar aqui a “Tábua da matéria sugerida”, uma espécie de conjunto e anotações para uma agenda futura que Furtado colocou como um anexo em seu livro mais teórico, *Prefácio a Nova Economia Política*, e que está reproduzida na antologia *Essencial Celso Furtado*, editado em 2013. Trata-se de uma lista hierarquizada sobre os temas centrais para entender o funcionamento concreto do capitalismo. Só essa Tábua já daria umas dez teses de doutorado, o que mostra a riqueza teórica de seu pensamento sobre a dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento. Tenho claro viés em minha visão do conjunto da obra de Furtado por uma frase desse livro, que é a seguinte: “o livro que não existe” deve sair em busca de uma “teoria social global”, na qual se entronquem três teorias: “a teoria das decisões intertemporais, a teoria da estratificação social e a teoria do poder”. Em certo sentido é, digamos, uma definição do que seria uma adequada teorização para a construção de uma “economia política do desenvolvimento-subdesenvolvimento”.

Pensei, agora, que daria para fazer um bom livro didático com essa abordagem de Celso Furtado sobre o desenvolvimento. Calculo que há uns cem parágrafos em

toda a obra em que ele diz: “Desenvolvimento é...”. Daria para fazer um livrinho com esses cem parágrafos. E poderíamos ter outro com o que calculo sejam uns cinquenta parágrafos em que ele diz: “Subdesenvolvimento é...”. Desenvolvimento — é a expressão de que mais gosto desses cem parágrafos — é o alargamento dos horizontes de possibilidades. Ou o exercício tenso de decidir entre opções alternativas. Se o desenvolvimento é isso e passa pela pergunta dos centros de decisão — e também tenho claro viés por essa expressão, talvez francesa, em parte vinda de seu mestre Perroux, de encadeamento dos processos, encadeamento das decisões e encadeamento das reações às decisões tomadas pelos que detêm o poder —, então o subdesenvolvimento é dialeticamente um gêmeo-inimigo, vamos dizer assim, um par contraditório do desenvolvimento, no sentido de que a expressão mais forte relativa ao subdesenvolvimento é a de que ele é uma malformação estrutural. Eu até completaria: genética. Uma malformação estrutural que tem rigidezes e um movimento das estruturas muito peculiar, e que é preciso ser sempre estudada em seu curso histórico específico. Subdesenvolvimento continua sendo, do meu ponto de vista, a maior e mais estrutural de nossas temáticas, posto que presente até hoje.

Costumo contar, aonde vou, algo muito significativo para mim. Às vezes estou dando aula sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento e gosto de contar isso para os que acham que não somos subdesenvolvidos: estou completando trinta anos de universidade e em toda a minha vida docente, até chegar ao Rio de Janeiro, dei aula para apenas seis negros. Para mim esse simples fato é a prova cabal de que o colonialismo, a escravidão, fazem parte de um passado que não passa, pois ainda estão presentes nessa malformação genética que é o Brasil, e em nossas estruturas deformadas (de distribuição de renda, de propriedade etc.) em movimento. Em suma, entendo que a leitura articulativa (com as devidas mediações teóricas e históricas) do andamento truncado e diacrônico dessas estruturas tortas é sintetizada, genialmente por Furtado, no conceito de subdesenvolvimento.

Para não me alongar eu passaria para o Nordeste. Considero encantadora a forma como Celso Furtado sempre procurou apreender o Nordeste enquanto um complexo sistema socioeconômico, ecológico, cultural e político, tomando-o, segundo minha interpretação, como um grande laboratório (uma “miniatura”) do processo de subdesenvolvimento brasileiro. Eu também escolheria uma expressão-síntese sobre o Nordeste em Furtado: *enrijecimento*, ou seja, esse sistema complexo seria marcado pela violência (da situação e do funcionamento) de suas *estruturas enrijecidas*. Quando ele fala do Nordeste, de Pombal, da região onde nasceu, já em “Aventuras de um economista brasileiro”,<sup>5</sup> o que descreve é a sensação que tinha de um ambiente de imobilismo e de fatalidade, de um tempo

5. “Aventuras de um economista brasileiro” [1972], in *Essencial Celso Furtado*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

parado, em que a violência do poder e da arbitrariedade de poucos deixava suas marcas, em uma temporalidade lenta, em que não apenas figuravam as heranças das *estruturas deformadas*, mas também se reproduziam recorrentemente uma série de dispositivos e mecanismos socioeconômicos e políticos que forjavam o movimento de preservação da deformação dessas estruturas. Outra expressão que aparece o tempo todo é a de que o Nordeste é “a maior área subdesenvolvida do Hemisfério ocidental”. Sendo não apenas um conjunto peculiar de disparidades, mas fundamentalmente uma máquina de produção, resistência e reprodução de desigualdades e de reconcentração de poder, assim como o Brasil. Em Furtado, avalio que podemos trocar “Nordeste” por “Brasil” em quase todas as passagens de sua vasta obra — considero que não faz muita diferença — e veremos que o que ali vai sendo discutido são esses mecanismos de concentração da renda, da riqueza e do poder. O Nordeste também é pensado de uma forma que lembra como o sistema econômico, o sistema político, o sistema ecológico estão entrelaçados em uma bastante peculiar malformação estrutural. Para fazer uma ponte com os temas seguintes, quero dizer que nos últimos anos tenho me dedicado à leitura de uma literatura, basicamente de geógrafos radicais anglo-saxões, sobre escalas espaciais, e mesmo que Celso Furtado não use essa expressão me impressiona a capacidade e a sofisticação do pensamento dele — do pensamento crítico latino-americano — para abarcar e articular simultaneamente a escala mundial, a escala nacional e a escala regional em suas análises.

Acho que é de uma riqueza imensa pensar, com Furtado, o regional brasileiro, a diversidade regional, a partir dessa dialética de que somos “a desigualdade”, ou a mistura de todas as disparidades, mas ao mesmo tempo somos a mistura de todas “as diversidades”. Isso está muito presente no seu pensamento sobre as regiões brasileiras. Percebo que ele traz essa “questão regional” para de onde ela nunca deveria ter saído: a problemática do pacto federativo. Eu diria que temos hoje no Brasil um “federalismo oco”. Em vários textos ele trabalhou bastante essa ideia de que somos carentes de estruturas intermediárias. Na verdade as montamos, mas em seguida, durante o processo de neoliberalização dos anos 1990, fomos destruindo as instituições, estruturas e mecanismos intermediários de que dispúnhamos em nosso pacto territorial de poder federalista. Agora fica essa problemática furtadiana: como simultaneamente enfrentar nossas plurais desigualdades, aflorando e reforçando nossas plurais diversidades no contexto da esgarçada pactuação federativa, carente de níveis, escalas e arenas intercaladas entre a União e o município.

Outro aspecto a ressaltar é que Celso Furtado sempre teve essa tripla face de dar contribuições teóricas, mas também de ser um militante, e de ser o gestor, o administrador público. Neste livro *Os anos de formação* que está sendo lançado

aqui há muitos textos dele sobre a necessidade de formarmos quadros burocráticos de Estado e da gestão pública que tenham sensibilidade para todas as dimensões de nossas desigualdades, inclusive as inter-regionais.

Agora gostaria de dizer algumas palavras sobre o que eu chamaria de sistema teórico furtadiano. O que me encanta é sua sofisticação, complexidade, mas antes de tudo seu caráter aberto ao possível diálogo com outros grandes intérpretes. Tenho enorme curiosidade de saber de todos os especialistas em Celso Furtado se eles o consideram um autor fácil ou um autor difícil de interpretar. Eu responderia que Florestan Fernandes é um autor difícil, que Ignácio Rangel, que tenho estudado, é um autor difícil. Celso Furtado, eu diria que ora é difícil, ora é fácil. Ele é muito complexo no sentido de que abarca praticamente todas as questões centrais para pensar o capitalismo em geral e o Brasil em particular. Também compartilho de uma visão que se tem um Celso Furtado pós-Rosa, que ficou mais erudito e sofisticado do que já era, vamos dizer assim, incorporando outras questões, como a cultura, e isso trouxe quase que um novo autor, ao menos um autor que vai se enriquecendo e abrindo para uma reflexão geral sobre o andamento histórico da civilização brasileira. Por outro lado, ele é um autor que construiu uma enorme unidade e consistência, com um desenvolvimento contínuo de eixos e ideias-força centrais que foram sendo organizadas e amarradas ao longo das obras, dando grande coerência ao seu aparato teórico-metodológico visto como um todo.

Creio que os grandes pensadores prefeririam que suas obras não passassem recorrentemente por esforços de exegese por parte de especialistas voltados para repetir eternamente suas reflexões. Eles prefeririam, avalio, que, ao invés de eternamente reproduzi-los, fossem utilizados com liberdade para proporcionar um pensamento crítico da realidade concreta de cada conjuntura histórica, ao tempo que mirassem o futuro. Talvez emendando já com a questão da “Mensagem à juventude”, penso que a pior coisa é aquele “jovem cientista” que só sabe repetir um autor e alguns de seus conceitos. Ao contrário, Celso Furtado chamava a atenção dos estudantes para cultivarem a imaginação, as heresias, e a “fuga dos caminhos já trilhados” e lutassem contra a excessiva especialização e o tecnicismo.

Impressiona-me como o sistema teórico-analítico de Furtado está apto a dialogar livre e ecleticamente com outros autores. Por exemplo, seria possível colocar mais Kalecki, ou mais Gramsci, ou mais Polanyi etc. em seu rico e aberto sistema teórico. Esse é um convite para os jovens aqui presentes. Aliás, impressionou-me e me deixa muito feliz ver a quantidade de jovens presentes a este congresso. Isso é o que importa. Nossa tarefa é com eles, que precisam abraçar o pensamento crítico, aprender a pensar nossa realidade concreta, dinâmica e contraditória, com liberdade. Esses jovens devem lutar para não serem transformados em meros

“repetidores” ou simples transcritores do pensamento crítico estruturalista histórico latino-americano, mas para não doutrinariamente renová-lo e atualizá-lo, e serem instigados recorrentemente a pensar e reelaborar as perguntas postas hoje na realidade. E concluo insistindo na pergunta de Furtado de como entender que tenhamos no percurso histórico brasileiro acumulado tanto atraso ao mesmo que contamos com tantas oportunidades. Ou nos perguntando como essa conformação estrutural que é o subdesenvolvimento mantém tamanha capacidade de autorreprodução. Ou questionando quais forças sociais comandam as decisões cruciais. Ou voltando àquela minha pergunta inicial, de como construir outros centros de decisão, ou como ampliar a “tomada de decisões com maior participação do povo”, expressão que vai aparecendo recorrentemente nos livros que Celso Furtado escreveu já no século XXI. Estas são as grandes questões: como vamos avançar na democracia para um melhor desenvolvimento? Ou como vamos ter desenvolvimento com democracia? Foi a palavra de ordem deste II Congresso Internacional do Centro Celso Furtado. Deveria ser permanentemente a de todos nós nas lutas que travamos em nosso dia a dia. Muito obrigado.

### **Marcos Costa Lima**

Quero agradecer a Rosa e ao mesmo tempo dizer que ela me colocou em situação difícil, pois não estava prevista minha presença nesta mesa... Aceitei o encargo, mas de antemão informo que vou me limitar a expor, rapidamente, alguns pontos que considero importantes no pensamento de Celso Furtado. O primeiro são a riqueza e as dimensões de sua obra. Celso é um pensador na melhor expressão da palavra, um economista que foge totalmente dos padrões limitados de sua disciplina. Lendo e relendo sua obra vamos tendo a dimensão da evolução de seu autor. É uma trajetória cada vez mais holística na percepção e articulação dos processos sociais. Outro ponto a ressaltar é que se trata de um pensamento engajado politicamente, e sendo talvez o nosso mais destacado economista Celso teve a coragem de dizer que a economia é uma disciplina auxiliar da política. Isso está dito com todas as letras. Mais um ponto, conforme o Brandão sinalizou, é a menção frequente que Celso Furtado faz à juventude, desde os primeiros livros, em que sempre incluía um texto no final, uma apresentação que era convidado a fazer para jovens, e vários desses textos são extremamente instigantes para os jovens pensarem o Brasil.

Outro ponto nessa rápida coletânea de elementos a destacar é como ele chama a atenção para a tecnologia e os efeitos nefastos dos avanços tecnológicos quando realizados de forma subordinada pelos países periféricos. O caráter inovador e de criatividade que sempre dava às suas reflexões já se destaca na

crítica feita ao “milagre econômico” brasileiro. Celso já no início dos anos 1970 discutia o Clube de Roma, os impasses que a economia mundial estava vivendo, as impossibilidades de se gerar um padrão de consumo e de crescimento industrial no ritmo que estava se dando. Isso faz mais de quarenta anos, quando ele abriu caminho para a discussão sobre desenvolvimento sustentável, em articulação com Ignacy Sachs.

Mas fora esses breves pontos, como minha área de trabalho é política internacional — campo que, os senhores sabem, é profundamente conservador no Brasil — gostaria de falar de Celso Furtado desse ponto de vista. Em 2005 foi criada a ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais) e convidado um internacionalista norte-americano, Thomas J. Bierstecker, que havia feito uma pesquisa entre colegas nos Estados Unidos sobre o que liam os internacionalistas norte-americanos, ou seja, a elite do pensamento das relações internacionais. Essa foi a fala de abertura que ele fez no congresso da ABRI, quando concluiu que dos professores internacionalistas norte-americanos, 90% liam autores americanos, 5% liam autores anglo-saxões. Apenas 1% desses grandes nomes liam sobre América Latina, sobre a periferia do sistema.

Por isso resolvi fazer um esforço para trabalhar a dimensão intelectual de Celso Furtado, como uma contribuição ao campo da política internacional. Comecei a fazê-lo a convite da Rosa, para o livro que ela publicou sobre *A dimensão cultural do desenvolvimento*.<sup>6</sup> Permitam-me ler uns trechos do artigo que ali incluí, “Cultura e pós-colonialidade: afinidades intelectuais entre Celso Furtado, Leopoldo Zea e os Subaltern Studies”. Em seu livro *América como consciência*, Zea pergunta-se “de que maneira o filósofo latino-americano desenvolve sua tarefa como pensador”. Ele parte da perspectiva dos europeus sobre a América. A seu ver a opinião dos europeus pode ser resumida na célebre frase de Hegel, inscrita em *Filosofia da história*, quando o filósofo alemão afirma que a América é o país do futuro. Se assim é, então a América passa a ser pura potencialidade, ou seja, é um lugar “sem” história. Se todo ser humano é um ser essencialmente histórico, ao ter negada sua historicidade o americano tem negada sua humanidade.

6. *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*, R. Freire d’Aguilar (org.), João Antonio de Paula, G. Bercovici e A. Octaviani, P. de Arruda Sampaio Jr, C. Bolaño, B. Borja, E. M. e Albuquerque, T. Novaes de Andrade, M. Costa Lima, J. do Amaral Filho, C. Brandão. Rio de Janeiro, Centro Celso Furtado, 2012, col. Pensamento Crítico.

Leio aqui também um trecho curto de Zea, para em seguida apresentar, muito rapidamente, alguns textos de Furtado e de Partha Chaterjee. Diz Zea: “todo nascido nestas terras, incluindo indígenas, crioulos e mestiços, eram vistos como inferiores frente aos seus conquistadores e colonizadores. De acordo com tal ideia, todo nativo teria de ser educado para melhor servir a metrópole, para satisfazer seus interesses e melhor realizar seus projetos. Educava-se para a servidão”.

O projeto de Zea, portanto, é que os americanos têm de buscar em sua história, em suas tradições, os elementos para realizar uma cultura que lhes seja própria. Há um texto fantástico de Celso Furtado, já como ministro da Cultura, cujo título é “Que somos?”, fruto de uma conferência proferida no Encontro Nacional de Política Cultural, organizada por José Aparecido de Oliveira, secretário da Cultura de Minas Gerais. “Que somos?” foi uma pergunta não só oportuna, mas provocadora, já que feita essa ontológica interrogação. É aí que o economista argumenta que, em momentos de crise, o homem lança o desafio como forma de pensar o futuro e indagar sobre sua própria identidade. Celso tem alguns trechos muito interessantes sobre o mimetismo cultural, sobre essa identificação com o colonizador. Ele diz: “Essa consciência de estar representando um papel equivocado na história esteve no centro das preocupações dos intelectuais”, aludindo aos modernistas de 1922. Vai direto aos pontos que queremos realçar, que não é apenas sua importância como um economista que ultrapassou largamente os muros e constrangimentos do saber econômico e formulou questões centrais sobre a cultura e a política brasileira, mas sua proximidade, em certa medida geracional e intelectual, com pensadores como Leopoldo Zea e os indianos que fundaram os *Subaltern Studies*. Isso evidencia como é fundamental hoje essa reflexão para alargar o campo teórico da política internacional.

Furtado é muito explícito em sua reflexão sobre a necessidade de alterar os mimetismos que se impõem do exterior. Diz ele: “Já a ninguém escapa que nossa industrialização tardia foi conduzida no quadro de um desenvolvimento imitativo que reforçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social. Formas mais sutis e insidiosas de dependência, infiltrada nos circuitos financeiros e tecnológicos, vieram substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas”.

E, mais adiante, lembra que “uma reflexão sobre nossa própria identidade terá que ser o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente, se desejamos que o desenvolvimento futuro se alimente da criatividade de nosso povo e contribua para a satisfação de anseios mais legítimos deste. Devemos pensar em desenvolvimento e partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior”.

Reiteradamente Celso Furtado está falando dessa dimensão cultural, e Rosa tem toda razão em aprofundar esse campo de articulação entre o econômico e o cultural, que era intensamente uma preocupação dele. No rastro de meu amigo Brandão, lembro outra frase de Celso: “O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites,

como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura europeia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo, que o excedente de comércio exterior permitia adquirir [...]. O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do *atraso*, atribuindo-se significado nulo à sua criatividade artística”.

Como se vê, estas e outras passagens mostram como Celso refletiu sobre esse processo elitista que no Brasil se mantém. Foi o que Brandão disse há pouco, quando mencionou que só tinha dado aula para seis estudantes negros em sua carreira docente universitária.

Há uma afirmação de Partha Chaterjee que vai exatamente nessa direção. Esse indiano faz parte da corrente que surge nos anos 1980 na Índia, a partir de um grupo de intelectuais e historiadores, como Guha, cientistas políticos, como Chaterjee e Chakrabarty, entre outros, e que assumem a necessidade de uma revisão histórica, de um novo entendimento de seu processo cultural e histórico, para que se possa talvez chegar às epistemologias do Sul. Este é um esforço fundamental para conseguirmos nos reconstruir, porque o próprio conhecimento já se apresenta como dominação. Diz Chaterjee: “As instituições da sociedade civil, nas formas em que tinham surgido na Europa, também fizeram sua aparição nas colônias, precisamente para criar um domínio público para a legitimação da dominação colonial. Este processo foi, no entanto, fundamentalmente limitado pelo fato de que o Estado colonial poderia conferir ao colonizado apenas sujeição, não poderia dar-lhe cidadania”.

Todas essas são questões que se ligam ao colonialismo, e cujas permanências históricas temos na sociedade brasileira, uma sociedade ainda marcada pelo autoritarismo, pela violência e pela concentração de renda. Nada mais justo do que tentar alargar o pensamento de Celso Furtado a partir dessas ilações com outros pensadores, porque no campo da política internacional autores como Fanon e Edward Said são considerados marginais, não interferem, e grande parte do *mainstream*, nesse campo, é marcada por autores muitos dos quais são vinculados ao Estado americano. Muito obrigado.

### **Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

É um prazer estar aqui e voltar a Celso Furtado neste congresso. O Ministério da Cultura completa trinta anos em 2015, e agora estamos há exatos 26 anos da saída de Celso Furtado do cargo de ministro. Foi o terceiro titular da pasta, anunciada por Tancredo Neves e implantada por José Sarney. O primeiro foi José Aparecido de Oliveira, político mineiro de amplo reconhecimento

nacional, mas que ali ficou pouco tempo, pois, com o falecimento de Tancredo Neves, José Sarney o deslocou para o governo do Distrito Federal, o único cargo de primeiro escalão que não tinha sido preenchido pelo presidente falecido. José Aparecido indicou para substituí-lo Aluísio Pimenta, ex-reitor da UFMG e presidente da Fundação João Pinheiro. Aluísio enfrentou uma situação de muita polêmica e, no final de 1985, o presidente chamou Celso Furtado, por sugestão de José Aparecido e Ulysses Guimarães. Celso, a convite de Tancredo, estava em Bruxelas como embaixador junto à Comunidade Econômica Europeia. Não hesitou em aceitar o Ministério da Cultura. Estava saudososo do Brasil, era com alegria que voltaria, depois de tão longa permanência no exterior, desde 1964. Além disso, teria a oportunidade de participar do governo e estaria próximo a Ulysses Guimarães e ao grupo de resistência democrática — o próprio Ulysses, Waldir Pires — e poderia dar uma contribuição para as transformações sonhadas durante todo o tempo de ausência.

Quando assumiu, houve gente que perguntasse: mas Celso Furtado não é economista, o que está fazendo no Ministério da Cultura? Uma vez ele lembrou que lord Keynes tinha sido uma espécie de ministro da Cultura da Inglaterra... De fato as pessoas não percebiam em Celso o pensador, o homem de cultura, esse filósofo — antigamente os economistas eram chamados de economistas-filósofos... eu poderia dizer que Celso foi um filósofo-economista, como aliás Karl Marx. Pensava o Brasil, a cultura, e só a presença dele frente ao ministério já traduzia a reflexão que vinha fazendo sobre o tema, os diversos textos que produzira a respeito da cultura brasileira, sabendo que, sem pensar a cultura, seria mais difícil avançar em outros campos teóricos e desenvolver outros temas. Foi por isso que em 1984 aceitou ir a um encontro promovido por José Aparecido de Oliveira, então secretário de Cultura de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e lá fez uma conferência chamada “Que somos?”, na qual desenvolve sete pontos fundamentais sobre a cultura brasileira, muito bem lembrados aqui por Marcos Costa Lima. Este e outros textos fundadores de Celso fazem parte de um dos belos livros organizados por Rosa nesse trabalho de resgate de memória de Celso, o *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. “Que somos?” é um texto essencial, que todo ministro da Cultura deveria ler antes de tomar posse.

Celso estruturou muito bem o Ministério da Cultura. Viu o patrimônio cultural, a memória e a história como um tema prioritário. A área de patrimônio foi articulada em torno de uma Secretaria — a SPHAN — e da Fundação Pró-Memória. Quanto à produção cultural, instaurou um programa no ministério que visava estimulá-la, sempre de olho na contemporaneidade. Celso foi também uma das primeiras pessoas a atentar para a dimensão cultural do cotidiano. Uma pasta da cultura, seja no governo federal, estadual ou municipal,

tinha que pensar não só nas belas-lettras e nas belas-artes, mas na dimensão cultural do dia a dia, a cultura na vida do cidadão, a cultura como formadora da cidadania e da sociedade. Quando entrevistado, costumava dizer que “cultura” é palavra que tem uma infinidade de definições, mas para ele, titular do Ministério da Cultura, cultura era tudo aquilo que melhorava a condição de vida da população. O ministério tinha, assim, que estar preocupado com tudo o que valorizava e enriquecia a vida dos brasileiros. Além do patrimônio, da produção cultural, da dimensão da cultura no cotidiano, havia uma secretaria internacional, pois Celso também via como necessidade absoluta a internacionalização da cultura brasileira, sua projeção no exterior. Ele criou esses quatro eixos e trabalhou nessa linha.

Além disso, equacionou um problema que estava no ar havia muito tempo: uma legislação de incentivos à cultura. O então senador José Sarney, homem comprometido com a cultura, as belas-lettras e as belas-artes, pensara numa legislação que facilitasse o patrocínio cultural, e havia grande esperança de que ele, como presidente da República, viesse enfim a criar essa legislação. Como senador, ele apresentava o projeto, o qual, pelos termos da Constituição dos militares, em vigor, não podia ir adiante, porque implicava gastos públicos, e por isso não podia ser iniciativa parlamentar. O ministro Aluísio Pimenta tentara trabalhar nessa questão, mas não conseguiu ir muito longe. Foi Celso que, rapidamente — de fevereiro a julho de 1986 —, obteve a aprovação da lei pelo Congresso. No dia 2 de julho de 1986, dia da Bahia, em que René Depestre, da Unesco, e Jorge Amado estavam chegando a Brasília, a chamada Lei Sarney foi sancionada pelo presidente da República. Foi o próprio Celso quem redigiu o documento que acompanha a Lei de Incentivo Fiscal para a Cultura. Ele pensou essa novidade na legislação brasileira de maneira muito aberta, de modo que a lei viesse a ser aprimorada até mesmo por portarias do ministro da Cultura, desburocratizando o processo. Com o tempo, passaram a falar mal da Lei Sarney, com a mesma tenacidade e voracidade que ocorre hoje, quando colunistas de jornais se aplicam em apontar a toda hora um projeto que tenha sido aprovado pela Lei Rouanet (a nova versão da Lei Sarney): “Ah, então deram tanto para fulano, outro tanto para um cantor sertanejo!”. É uma forma de censura, essa censura a que vocês dois se referiram aqui, que é esse ódio da classe média brasileira por tudo que seja popular. E qualquer coisa que não seja considerada cultura no padrão convencional das belas-lettras e das belas-artes vai ser criticada.

Celso já dizia em relação à Lei Sarney, a primeira legislação de incentivo cultural do país, de 1986, que ela devia ser aberta para permitir todo tipo de manifestação. Ele criou um fundo nacional, que nunca se conseguiu implantar muito

bem, nem nos menos de três anos em que Celso ficou à frente do ministério, nem agora com a Lei Rouanet, para atender aquelas áreas de desequilíbrio, por exemplo, o Nordeste e o Norte, onde não há grandes possibilidades de captação de recursos nem de incitação fiscal de imposto de renda para o investimento cultural. Esse fundo era um mecanismo de busca de equilíbrio, para suplantar desigualdades entre manifestações artísticas, regiões e áreas de criação.

A Lei Sarney foi uma realização marcante de Celso Furtado. Mas tanto bateram na lei que o presidente seguinte, Fernando Collor, de uma penada acabou com ela, e aí todos ficaram saudosos, a começar pelos que a criticavam. Veio depois a Lei Rouanet, que tomou o nome do embaixador Sérgio Rouanet, secretário de Cultura quando o próprio ministério havia sido extinto. Há um projeto tramitando no Congresso, encaminhado também por iniciativa da ministra Marta Suplicy, no sentido de aprimoramento dessa legislação e seguindo o espírito que guiou Celso Furtado.

Resumindo, eu diria que a passagem de Celso Furtado pelo Ministério da Cultura foi além da estruturação de projetos, e partiu sempre da ideia de um ministério muito voltado para a compreensão do fenômeno social que a atividade cultural acelera, desenvolve. Como desenvolvermos a sociedade e a cidadania através da cultura? Como fazer com que a cultura seja um instrumento de transformação social? Foi nessa perspectiva que ele estabeleceu uma política pública de cultura e um mecanismo que viesse captar mais recursos para a cultura, área que sempre demanda investimento e exige que tudo seja feito de maneira descentralizada e, mais ainda, sem censura. Muito obrigado.

§